

O APARENTE PARADOXO DEMOCRÁTICO: REFLEXÕES ENTRE A LUCIDEZ E A CEGUEIRA DO ÓDIO À DEMOCRACIA.

THE SEEING DEMOCRATIC PARADOX: REFLECTIONS BETWEEN LUCIDITY AND BLINDNESS IN THE HATE TOWARDS DEMOCRACY

Ana Martina Baron Engeroff¹ ; Luana Do Rocio Taborda²

RESUMO: Neste artigo propomo-nos discutir a polissemia da democracia, uma vez que a expressão tem sido utilizada indiscriminadamente para justificar argumentos e ações que, a princípio, não seriam do cerne democrático. Tomando como mote o "Ensaio sobre a Lucidez" de José Saramago (2005), levantamos a questão do aparente paradoxo da democracia: bradada como o símbolo de soberania popular, esta soberania está longe de ser efetivada, servindo-se do regime político para poucos. A partir da apresentação da obra literária, é possível, primeiro, apresentar o argumento do paradoxo para, no segundo ponto, iluminar a reflexão demonstrando que este paradoxo é, na verdade, somente aparente, porque o que está em jogo não é a democracia em si, mas é o ódio a ela, conforme apresentado por Jacques Rancière (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Ensaio sobre a lucidez. Ódio à democracia.

ABSTRACT: In this article we propose to discuss the polysemy of democracy, since the expression has been used indiscriminately to justify arguments and actions that, at first, would not be of the democratic core. Taking the "Essay on Lucidity" by José Saramago (2005) as a motto, we raise the question of the apparent paradox of democracy: blasted as the symbol of popular sovereignty, this sovereignty is far from being effective, using the political regime as a government for the few. From the presentation of the literary work, it is possible first to present the argument of the paradox in order to illuminate the reflection so, in the second point, showing that this paradox is in fact only apparent, because what is

¹ Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Graduada em Direito pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina. Bolsista CAPES. Contato: anamaron@hotmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-3957-0428>.

² Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. - Bolsista CAPES. Contato: luanadorocio@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-1712-1963>.

at stake is not democracy as it is, but the hatred of it, as presented by Jacques Rancière (2014).

KEYWORDS: Democracy. Lucidity Essay. Hatred of democracy.

INTRODUÇÃO.

O conceito de democracia é reivindicado por diversos grupos, em diferentes contextos e em diferentes momentos históricos. Em um rápido retrospecto dos últimos anos no Brasil - com manifestações contra e pró *impeachment*, crise política, eleições municipais -, a democracia é mobilizada como legitimadora das reivindicações, ainda que estas tenham por vezes antagônicos propósitos ou fundamentos.

Milhares de pessoas saíram às ruas em favor do *impeachment*, vestindo as cores verde e amarelo e com diversas pautas (fora PT e Dilma, intervenção militar, combate à corrupção, dentre outras), manifestações estas entendidas por alguns como o *dia da democracia* e com o governo de Dilma Rousseff considerando-as legítimas, demonstrativas de um saudável regime democrático que vive o país. Protestos contra o *impeachment* da então presidenta bradavam a existência de um golpe e a legitimidade de suas manifestações para deter a ameaça à democracia e em prol do Estado democrático de direito. Na votação na Câmara Federal e no Senado acerca da continuidade do *impeachment*, a democracia também foi por vezes utilizada como legitimação dos votos, tanto dos a favor, quanto daqueles contrários³.

Partindo destas primeiras reflexões que circundam o debate público, ressalta-se, sobretudo, que democracia é um conceito em disputa, como afirmado por Miguel (2016). Para ele, em um breve resumo destas disputas, à esquerda costuma-se exigir um regime democrático em que se conceda maior autoridade efetiva às pessoas comuns, com maior igualdade política e das condições materiais de vida (para que inclusive haja possibilidade de ação política efetiva). Para a esquerda, nos termos de Miguel, não haveria democracia

³ Como pode se ver, exemplificando, das falas do senador Paulo Paim (PT-RS) de que "A democracia brasileira está sendo atacada por uma enorme conspiração" (in G1, 2016a), e do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) "Fiscalizar e controlar o orçamento público é um patrimônio da humanidade nas democracias. O PT quebrou esse princípio, por isso o crime de responsabilidade." (in G1, 2016b).

efetiva se as hierarquias não forem desafiadas, questionando, portanto, a democracia que vigora na maior parte do mundo, adjetivando-a como “limitada, restrita, formal”. No pensamento mais conservador, por sua vez, os limites da democracia seriam inevitáveis ou mesmo necessários, sendo ela antes “um procedimento de legitimação da autoridade política, por meio do voto popular” (MIGUEL, 2016). Sob esta ótica, a democracia exigiria, no mínimo, o consentimento dos governados pelo povo, dado por meio do voto⁴.

O voto, portanto, parece ocupar lugar sagrado como condição legitimadora e operacionalizadora da democracia, nos moldes colocados acima. Ao nos voltarmos para os resultados das eleições municipais ocorridas em 2016, a preocupação exarada por analistas circundou o aumento do número de votos brancos e nulos em muitas cidades, fazendo com que em lugares como Rio de Janeiro e São Paulo o percentual de eleitores que votaram no vencedor representasse não a vontade da maioria, mas sim uma minoria no universo do corpo eleitoral⁵. A crise de legitimidade da democracia estaria instaurada, como alardeava o colunista? De outro lado, após o resultado das eleições presidenciais de 2014, discursos imputavam o desfecho eleitoral à ignorância de parte do eleitorado, tendo o mesmo ocorrido com análises realizadas após o resultado das eleições municipais de 2016⁶, o que denota que a vontade da maioria pode, em nome daquilo que chamam democracia, ser relativizada.

A questão não seria, então, reduzir a noção de democracia à vontade da maioria sobre a minoria, em uma perversão da maioria, como questiona Platão (2005, p. 185), ou do medo da tirania da maioria (TOCQUEVILLE, 2005), mas sim discutir o que se entende por democracia, compreendendo a expressão por seu uso polissêmico. É lembrar, de acordo com Silva et. al. (2013), que estas contradições em torno da expressão são resultados do contexto experimentado em meados do século XX, emergindo o interesse positivo pela democracia, fazendo com que esta guardasse a partir daí uma aceitação

⁴ Vale esclarecer que neste texto Miguel (2016) apresenta o argumento de que as eleições não podem servir sozinhas como um medidor da democracia, porque elas, por si só, deslegitimam outras formas de participação política e estão longe de ser um processo neutro e idôneo.

⁵ Como analisado por Freitas (2016).

⁶ Especificamente acerca das eleições municipais de 2016, a Carta Capital lançou edição nº 926, de novembro de 2016, com a capa intitulada “Pobre povo brasileiro - as eleições municipais provam sua incapacidade de agir politicamente e entender que os golpistas o escolhe como vítima. E pobre Brasil...”.

como antes nunca vista. Desta feita, a emergência da democracia no período contemporâneo está marcada por diferentes vertentes teóricas, especialmente pela teoria democrática competitiva, dos quais são representantes o modelo elitista de Schumpeter (1984), e o modelo pluralista de Dahl (2012), e de outro lado pela teoria democrática popular, com o modelo participacionista de Pateman (1992) e o modelo deliberacionista de Habermas (1995). Em outro caminho, em uma tradição agonista, afasta-se a ideia da busca pelo consenso como intrínseco à democracia, para então compreender a democracia como um espaço de permanente conflito (LACLAU e MOUFFE, 2015). É dizer, como Mouffe (2003), que o modelo democrático deve ser "capaz de apreender a natureza do político".

Nesta linha, neste artigo propomos a discussão da polissemia da expressão democracia, explorando aspectos contraditórios de seus usos discursivos. Tendo como objeto as obras "Ensaio sobre a Lucidez" de Saramago (2005) e "O ódio à democracia", de Rancière (2014), buscamos entrelaçar dois pontos centrais do debate suscitado pelos autores: a democracia guarda um aparente paradoxo, transitando entre a ideia de soberania popular e da recusa da mesma, argumentando-se que as suas contradições marcam, enfim, o próprio ódio à democracia e da negação à política. A partir do percurso dos principais de argumentos de cada obra, da literatura ficcional à crítica teórico-filosófica, pode-se trazer novos elementos para iluminar o debate público sobre a democracia e desvelar as suas aparentes contradições.

1 ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ E A CONTRADIÇÃO DA DEMOCRACIA.

Na capital de um país imaginário, no pleito eleitoral em um ano qualquer, em um amanhecer com chuva ameaçando o desenrolar das eleições que ocorreriam no dia, o resultado do escrutínio não poderia ser mais surpreendente: os votos válidos não chegavam a 25%, pouquíssimos votos nulos e abstenções, chegando a mais de 75% os votos em branco. Chocados com o resultado, partido de direita, do meio e de esquerda, cogitaram declarar provisoriamente estado de exceção e, por conseguinte, suspender as garantias constitucionais, reelaborando as eleições cuidadosamente, enquanto outros defendiam que a lei deve ser cumprida, doa a quem doer. Aplicando a lei, que previa novas

eleições em caso de catástrofes naturais - embora, no final das contas, a chuva não tenha atrapalhado o comparecimento - "como é lógico e natural numa democracia consolidada" (SARAMAGO, 2005, p. 27), foi anunciada nova eleição para o próximo domingo.

Depois de um lindo dia, a serenidade e o silêncio dos votantes nas ruas e nas seções de voto contrapunha-se ao desassossego dos políticos e da mídia⁷. Para estes, era preferível uma abstenção razoavelmente grande, que traria a "normalidade política" novamente ao país, visto que muitos dos eleitores naturalmente não acreditam na utilidade do voto. Mas o temor havia se concretizado: 83% dos eleitores haviam votado em branco. Para o partido da direita e do centro, 8% cada, o partido da esquerda 1% e abstenções zero. O resultado, anunciado pelo Primeiro Ministro, afirmava que os votos em branco desferiram "um golpe brutal contra a normalidade democrática em que decorria nossa vida pessoal e colectiva" (SARAMAGO, 2005, p. 35), um golpe dado pelos não patrióticos. Ao mesmo tempo, comunicava que a legitimidade do governo não estava posta em causa, havendo a possibilidade de instauração de estado de exceção e aplicação de sanções àqueles que, inconsequentemente, votaram em branco. Se assim os cidadãos agem, o governo está automaticamente autorizado a reprimir, impor a disciplina.

Com o estado de exceção declarado, os membros do governo (ministros vários) discutiam como este estado de sítio seria operado, se com a participação do exército nas ruas, isolamento da cidade, vigilância contínua para descobrir quem é o causador da votação em massa, e assim por diante. Isto porque, para o governo, é neles que reside "o coração da autoridade e do poder democrático, é para que tomemos as decisões que haverão de salvar o país (...)" (SARAMAGO, 2005, p. 41). Objetiva o governo, através da vigilância e censura, descobrir como e por que as pessoas votaram em branco, saber o que causou a epidemia do branco, e fazê-las se arrepender de assim terem agido. Esperava-se que o estado de sítio pudesse

reconduzir os cidadãos à normalidade democrática, ao uso equilibrado, sensato, de uma lei eleitoral que, por imprudente desatenção dos legisladores, deixou as portas abertas àquilo a que, sem temor ao paradoxo, seria lícito classificar com um

⁷ A grande mídia, que comanda quase todos os jornais, não é deixada de lado por Saramago. Embora não nos atenhamos à influência da mídia e como se produz informação, não ignoramos a importância destes aspectos na política e nos processos eleitorais. A este respeito, consultar o dossiê *Mídia e Política*, organizado por Luís Felipe Miguel (2004).

Saramago (2005), assim, apresenta um retrato do absurdo, da visão aparentemente sem sentido do governo e do contraditório das suas ações. Se o povo não revela seu voto, logo, são mentirosos; se votam em branco, são delinquentes, anarquistas; se assim votam é porque são incapazes de saber o que é melhor para o país, são ignorantes e manipulados; se muitos votam, foge-se da normalidade, há um vírus branco⁸ que deve ser erradicado. Mas, afinal, o inimigo de estado está na própria capital, são os próprios habitantes (SARAMAGO, 2005, p. 61), que usam de seus direitos abusivamente. Ou seja, a democracia é boa, se bem dosada, como um bom remédio.

Em relação aos cidadãos, embora não saibamos o que pensavam exatamente ao votar em branco, há a sugestão de que, com o resultado, não se oporiam a um governo de todos os partidos, temendo um governo de exceção. De todo modo, mesmo abaixo de inquirição, as pessoas nada informavam de útil ao governo, afirmando, todavia, que, se votaram em branco, a lei assim os autorizava, era de seu direito. Os cidadãos, mesmo impedidos de deixar a cidade (sob ameaça das armas), tendo a sua liberdade cerceada pelo estado de sítio, não recuaram, pois "a firmeza moral da população não parecia inclinada a rebaixar-se nem a renunciar àquilo que havia considerado justo e que expressara no voto, o simples direito a não seguir nenhuma opinião consensualmente estabelecida" (SARAMAGO, 2005, p. 70).

Mesmo após a decisão do governo de deixar a cidade, retirando toda a administração da capital, levando consigo suas famílias, partidários e toda a força policial (no intuito de demonstrar que o povo não merece o governo que tem, de causar o caos, deixar a cidade e os cidadãos à própria sorte para sentir as funestas consequências das suas escolhas para, enfim, se arrependem), o que se observava na cidade era a ausência absoluta de conflitos entre as pessoas.⁹ Se a atitude do governo visava demonstrar aos

⁸ Saramago (2005) justifica que a palavra branco existe, mas fato é que passou a ser utilizada pejorativamente. Impossível não aproximar branco da novilingua, de "1984", de George Orwell, que também estimula o debate sobre o uso e significados das palavras no debate político.

⁹ Podemos tomar esta passagem como alusão ao "Ensaio sobre a Cegueira" (1995), o que nos permite fazer paralelos com o Ensaio de 2005. Na primeira o governo manifestou-se lamentando ter que agir energeticamente no seu dever e direito, mas que, com o fim de proteger a todos, contava com o civismo e

cidadãos que eles não mereciam os cuidados do governo, o resultado não foi como esperado. Em um princípio, uma greve dos caminhões da limpeza foi imposta, o comércio ficou fechado, não se via movimentação. Pouco a pouco, as pessoas saíram às ruas, reabriram as portas das lojas, limpam por si as ruas. A greve não fazia mais sentido, os uniformes menos, todos voltaram a trabalhar, na normalidade da cidade.

Contra a serenidade da população, há um governo disposto a tudo para “fazer-lhes perceber que um uso sem freio do voto em branco tornaria ingovernável o sistema democrático” (SARAMAGO, 2005, p. 107-108). Com fina ironia, Saramago (2005) descreve um governo que, em termos de percepção democrática, não se diferencia entre direita, centro ou esquerda.¹⁰ Estes grupos estão estupefatos com o resultado das eleições e com a postura da população, pois seria inaceitável a cegueira coletiva com que parecem ter sido dominados. Em nome de trazer o povo à razão, fazê-lo compreender que sem um governo não há como viver, se organizar, autoriza-se o poder de polícia, incitam à guerra, provocam mortes. Mas a culpa, evidente, não pode ser do governo, que em nenhum momento pergunta-se se o resultado das urnas é reflexo das suas próprias ações ou de crise de sua legitimidade:

Mas o que não podereis nunca é dizer que a culpa a têm estes a quem a vontade popular, livremente expressa em sucessivas, pacíficas e leais disputas democráticas, confiou os destinos da nação para que a defendêssemos de todos os perigos internos e externos. Vós, sim, sois os culpados, vós, sim, sois os que ignominiosamente haveis desertado do concerto nacional para seguides o caminho torcido da subversão, da indisciplina, do mais perverso e diabólico desafio ao poder legítimo do estado de que há memória em toda a história das nações. Não vos queixeis de nós, queixai-vos antes de vós próprios (...) (SARAMAGO, 2005, p. 95)

Desdobrando-se para não reconhecerem o que realmente os votos em brancos

colaboração da população para que os acometidos pela cegueira branca fossem identificados. O que se apresenta é, então, o confinamento em massa dos cegos-brancos, isolados, desumanizados e violentados em nome da pátria, em nome do pânico da cegueira-branca. No segundo ensaio (2005), pois, vemos a repetição deste isolamento e da sua justificativa, aqui como estratégia que se justifica com fundamentação hobbesiana de que uma cidade sem governo decairia com violências e caos, embora, para desespero da classe governante, tenha resultado em uma atuação cidadã, solidária e engajada da população uns para com os outros.

¹⁰ Embora haja inicialmente a descrição mais estereotipada entre os partidos de direita, centro e esquerda, quando há o resultado eleitoral e o debate entre estes grupos, nenhum deles se opôs firmemente às duras medidas do estado de exceção. Todos os partidos, no final das contas, mobilizam o argumento da democracia contraditoriamente.

implicavam para eles, os governantes ficaram mergulhados no desespero em procurar quem poderia ser responsabilizado pela crise que acometeu o país. E é justamente aí que Saramago inicia sua sobreposição textual de narrativas, evocando acontecimentos e personagens de seu livro anterior, *Ensaio sobre a Cegueira* (1995). O episódio do acometimento geral dos cidadãos da capital imaginária por uma cegueira sem explicações é alocado cronologicamente: aconteceu quatro anos antes, embora todos preferissem dá-la como esquecida. Na parte final do livro, o autor irá recuperar personagens da obra anterior, colocando-os no centro da narrativa.

Ocorre aos ministros, reunidos a procurar uma solução para a crise, uma brilhante ideia: a de relacionar os eventos, justificando que, assim como á quatro anos, novamente a capital sofre as consequências de uma epidemia, já que o impossível nunca vem só, agora na forma de uma cegueira branca, que torna os cidadãos incapazes de perceberem o quão subversivo e antidemocrático é o ato de terem votado em branco. "Diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto em branco de agora, a comparação é grosseira e enganosa, sou o primeiro a reconhecê-lo" (SARAMAGO, 2005, p. 175). Mas mesmo sendo enganoso, o que importa é que consigam manipular os pensamentos, levando os indivíduos a se questionarem se não estariam, de fato, cegos novamente.

Se a cegueira de quatro anos atrás era contagiosa, a cegueira branca que acomete a capital novamente o é. E isto se comprova em cada personagem que vai sucumbindo a ela: os Ministros da Justiça e da Cultura, o Presidente da Câmara Municipal e o Comissário de Polícia enviado para investigar e infiltrar provas para comprovar a existência da cegueira branca e de um bode expiatório. O momento de tomada de lucidez por parte do Ministro da Justiça é bastante exemplificativo do contágio, acontecendo no episódio da reunião dos Ministros, em que o voto em branco é colocado como "uma manifestação de cegueira tão destrutiva quanto a outra" (SARAMAGO, 2005, p.172), ao que o Ministro conclama: "ou de lucidez. (...), o voto em branco poderia ser apreciado como uma manifestação de lucidez por parte de quem o usou." (p. 172) e tomando consciência do que diz, pede demissão.

Porém, a classe dos governantes mantém-se como outrora, acometida por uma cegueira, agora política, ávida por manter poder e privilégios. Vorazes na procura de um bode expiatório, este é encontrado na figura da mulher do médico que, há quatro anos, quando todos estiveram cegos, não cegara. De posse da informação da existência de tal mulher, através de carta enviada aos chefes de Estado, toma forma o plano de incriminá-la diante da opinião pública como a cabeça maldita da tênia, "imortal parasita continuará a reproduzir os seus anéis e a minar as forças da nação" (SARAMAGO, 2005, p.176), até que se lhe corte a cabeça. Assim, a mulher, que, embora tivesse cometido um assassinato em legítima defesa quando da primeira cegueira, possuía como maior crime não ter cegado quando todos eram cegos, pois "o incompreensível pode ser desprezado, mas nunca o será se houver maneira de o usarem como pretexto." (SARAMAGO, 2005, p. 251-252).

O Comissário enviado a encontrar (ou seja, implantar) provas de que a mulher era agora a cabeça da organização criminosa responsável por uma *hipnose coletiva* que resultou na maior crise política do país, ao interrogar a suspeita, decide não tomar parte no plano incriminatório da mulher, e ainda entrega carta com detalhes minuciosos da manobra governamental de manipulação e incriminação a um jornal. A figura do bode expiatório encerra a incapacidade do povo, por si, realizar tal demonstração de lucidez coletiva (ou, simplesmente, de capacidade de decisão), colocando-o no seu lugar de ignorante, sem limites, não merecedores do governo e da democracia que possuem. Rompe com a ideia de um ato coletivo que não possui lideranças, e que é instigado apenas pela desilusão de cada um dos cidadãos da capital.¹¹

A cegueira branca é descrita, pelos governantes, como pior que qualquer sistema totalitário, porque "atinge em cheio o coração dos fundamentos da democracia como nunca qualquer sistema totalitário tinha conseguido fazê-lo antes" (SARAMAGO, 2005, p.187). O autor justifica, porém, que o propósito dos eleitores ao votarem em branco, não

¹¹ O fato do bode expiatório ser uma mulher não passa despercebido: "essa é outra, uma mulher é uma mulher, não se mete nessas coisas, ainda se fosse um homem, vá que não vá, poderia ser, agora uma mulher, pffff, Já veremos como isto acabará" (SARAMAGO, 2005, p.295-296). Falando sobre gênero, Ellen Wood (2003, p. 236-239) atenta para o fato de que, embora seja no capitalismo que as mulheres alcançaram uma emancipação política formal, ao mesmo tempo permanecem as hierarquias na dominação masculina. Neste sentido, percebe-se que as esferas política e econômica são uma relação inseparável.

era de proposição de um novo regime, mas sim de demonstrar insatisfação, propósito este que seria o do próprio do José Saramago com a obra, apontar os problemas estruturais do regime a que chamamos de democracia:

as intenções das pessoas que votaram em branco *não era deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se votaram como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas iria morrer muita gente, e isso não queriam, que toda a sua vida, pacientemente, tinham ido levar os seus votos as urnas e os resultados estavam as vistas. Isto não é democracia nem é nada, senhor presidente da câmara* (SARAMAGO, 2005, p. 101, itálico nosso).

O voto em branco e as consequências de uma votação maciça nesta categoria demarcam um contrassenso. Seriam mais aceitáveis os mesmos índices de abstenção, porque demonstraria o desinteresse dos cidadãos pela política, mas o agora alto comparecimento eleitoral aliado à recusa pelo uso *prudente* de se escolher entre os partidos e candidatos, é muito mais perigoso. Saramago explora, assim, uma possibilidade não refletiva das opções eleitorais: o direito constitucional de se votar em branco, ao mesmo tempo em que o princípio implícito da necessidade de se escolher, entre as opções dadas, segundo os critérios da competição eleitoral. A citação a seguir resume o perigo mortal que a democracia sofreria em caso da escolha subversiva, ou lúcida, pelo voto em branco.

Por acaso não será a senhora a organizadora, a responsável, a chefe do movimento subversivo que veio pôr o sistema democrático numa situação de perigo a que talvez não seja exagerado chamar mortal, Qual movimento subversivo, quereria ela saber, O do voto em branco, Está a dizer-me que *o voto em branco é subversivo*, tornaria ela a perguntar, Se for em quantidades excessivas, sim senhor, E onde é que isso está escrito, na constituição, na lei eleitoral, nos dez mandamentos, no regulamento de trânsito, nos frascos de xarope, insistiria ela, *Escrito, escrito, não está*, mas qualquer pessoa tem de perceber que se trata de uma simples questão de hierarquia de valores e de senso comum, primeiro estão os votos explícitos, depois vêm os brancos, depois os nulos, finalmente as abstenções, está-se mesmo a ver que a democracia ficará em perigo se uma destas categorias secundárias passar à frente da principal, *se os votos estão aí é para que façamos deles um uso prudente* (SARAMAGO, 2005, p.232, grifo nosso).

Assim, o voto, como símbolo da soberania popular, exercida através do poder de

escolher os seus representantes, mostra-se também contraditório e simplista como definição da democracia. Saramago é, então, porta aberta para refletir acerca do aparente paradoxo democrático, que tratamos a seguir.

2 O PARADOXO DEMOCRÁTICO: DO ÓDIO À LUCIDEZ.

Democracia, como apresentada por Saramago (2005), traduz-se, portanto, em uma contradição: ao mesmo tempo em que se estabelece que o poder emana do povo, é ele - por meio do voto - que legitima o governo e sua forma, tem-se em contrapartida a crítica continuada de que o povo não sabe utilizar da democracia, que ela não é empregada com os freios devidos, cabendo ao governo impor a *boa democracia*. Os exemplos colhidos do Brasil, introdutoriamente, se relacionam com esta contradição.

No entanto, o que estas afirmações escondem, na realidade, não é a defesa da democracia, mas sim, como aponta Rancière (2014)¹², o ódio à ela. As reivindicações, acontecimentos e disputas do mundo moderno são imputados à democracia, como o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos na sociedade de massa, guardando-se uma conotação negativa à expressão. Este ódio não é atual, existindo desde a sua origem e a violência decorrente dele também continua presente (seja no âmbito da ficção ou no real).

O ódio à democracia nasce e é continuado por aqueles que não querem que outros, senão os seus privilegiados, se mantenham no poder. Das críticas à democracia que a história apresenta, duas são destacadas por Rancière (2014, p. 08-09) que, de sua forma, convergem na expectativa sobre o modelo: a dos legisladores aristocratas e doutos, que viam a democracia como um fato incontornável (e não desejada necessariamente), mantendo-se proteções conflitantes à ela – como o direito à propriedade e a ideia de meritocracia; e, de outro, àqueles que lutam por uma democracia “real”, onde haja de fato liberdade e igualdade.

No entanto, o que o autor aponta é que o novo ódio à democracia não segue estes

¹² Embora utilizemos a edição brasileira editada em 2014, o livro de Rancière foi originalmente publicado em 2005 na França, em um contexto de fortes revoltas populares e ascensão do discurso republicano criticado pelo autor, o que não exclui as possibilidades de aproximação realizadas neste trabalho.

modelos, mas sim que os Estados que hoje que se auto intitulam democráticos reclamam que ela é real demais, "é do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições de seu poder" (RANCIÈRE, 2014, p. 10). Melhor aproximação com Saramago (2005) não precisa ser feita: não há, nesta perspectiva, a discussão da legitimidade do governo ou de suas instituições, vez que a culpa, como estabelecido por Saramago, é do povo. A democracia, como traduzida por Rancière (2014), não é uma forma de governo corrompido, mas sim é a crise da civilização que afeta a sociedade que, por sua vez, como uma epidemia da cegueira, corrompe o governo democrático.

Este é o contrassenso apresentado: o governo democrático é ruim quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e as diferenças respeitadas, ao mesmo tempo em que se aplaude uma imposição de modelo de democracia para todo o mundo, de certos valores civilizatórios, que devem ser impostos à força. Assim, "só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática" (RANCIÈRE, 2014, p. 11).

Se a democracia pode ser entendida como o governo do povo por ele mesmo, como seria possível conceber que a democracia pode ser imposta, como um marco civilizatório? Ora, se democracia é liberdade (de imprensa, de eleições, etc), ela também seria a liberdade de errar. Mas não é o que comumente se observa, vez que se rejeita, paradoxalmente, a desordem típica de um regime democrático mais real. Por isso, a crise da democracia é imputada às reivindicações de grupos, que pressionam governos (com possível diminuição da autoridade estatal), tornando os indivíduos rebeldes à disciplina e aos sacrifícios exigidos ao interesse comum. A boa democracia, na ótica burguesa, é aquela que controla os dois adversários (governo autoritário e a própria vida democrática, tanto de grupos quanto do excesso de individualismo), é "uma forma de governo e de vida social capaz de controlar o duplo excesso de atividade coletiva ou de retração individual inerente à vida democrática" (RANCIÈRE, 2014, p. 17).

É como se enuncia o paradoxo da democracia: "como forma de vida política e social, é o reino do excesso" (RANCIÈRE, 2014, p. 17). Sendo o excesso o mal da democracia, cabe ao governo democrático reprimi-lo. Daí reside também a legitimidade do governo, porque, como pressuposto, uma democracia é por si ingovernável. Isto

também consiste, no final das contas, na dupla negação da própria democracia, aproximando o governo de Estados totalitários e no abafamento da política na vida social, dando-se ênfase ao indivíduo. No debate acerca da democracia, este indivíduo é àquele identificado ora como burguês (da igualdade e liberdade para poucos donde derivam os direitos humanos), ora visto como o consumidor de massa, cujas escolhas políticas e eleitorais são fruto de sua postura narcisista. Ainda que se possa argumentar que este seria o fim da política ou pautar um resgate de uma pura política, desimpedidas dos gostos individualistas, Rancière (2014) conclui que, em todos os casos, a democracia é reduzida a um estado de sociedade, um modo de estar, em uma vida apolítica.

Estando a democracia exegeticamente ligada à política, o crime (o crime da lucidez, de não cegar) da democracia origina-se da desvinculação da política da religião (já na Grécia, ainda que não totalmente). Paradoxalmente, "democracia quer dizer, em primeiro lugar, o seguinte: um "governo" anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar" (RANCIÈRE, 2014, p. 57). Mobilizando a figura de Platão, Rancière (2014) destaca justamente o conflito de que, entendendo-se a democracia como um lugar onde os indivíduos fazem tudo a seu bel-prazer, há aqueles que devem governar.

No entanto, a justificativa deste governo não é divina, mas sim de um especialista que pode colocar em ordem a democracia (invertendo a relação entre governado e governante, uma vez que o poder é dos governados). De outro lado, é pelos sorteios de representantes, pelo deus do acaso, que o procedimento democrático nasceu como forma de possibilitar que qualquer um pudesse ser representante. Rancière (2014), desta feita, afirma que não merecem melhor acolhida os argumentos de que em nossa sociedade moderna este modelo não seria possível por conta da quantidade de pessoas ou do tempo que levaria tais discussões: o que há é um espanto, uma forma impensável hoje de que qualquer um possa governar, que qualquer um de fato pode exercer o poder. Como em Platão, o melhor governante seria, no final das contas, aquele que não deseja governar, é aquele que não tem interesses que desvirtuariam o fim da política.

O lugar da política não pode ser o das diferenças naturais ou sociais, porque o princípio do governo se desliga deste aspecto. Assim, é na democracia que há a

multiplicidade necessária, porque “a democracia não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados” (RANCIÈRE, 2014, p. 61). Isto implica em supor uma igualdade entre quem comanda e é comandado e compreender que a democracia está intrincada neste processo de igualdade e desigualdade, ele é de disputa (caso não o fosse, teríamos oligarquias). E assim é que se legitima o Estado, por ser político (e eis o escândalo democrático, entendê-lo como fundamentado em um ingovernável).

Entrecruzando Saramago (2005) e Rancière (2014), o escândalo democrático consiste em revelar que não há mais, em nome da política, um princípio único que legitime a ação dos governantes, e é isto que assusta e que está implicado nos devaneios cegos dos governantes da cidade imaginada por Saramago. Esta afirmação revela que, na realidade, não existem governos representativos propriamente democráticos, porque o poder se exerce de uma minoria sobre uma maioria, oligarquicamente organizado. Rancière (2014, p. 68-69), sem mais delongas, aponta que a representação nunca foi um modelo inventado para suprir a questão do espaço e número de eleitores, mas sim legitimar a representação das minorias portadoras de títulos (as “elites naturais”) para se ocupar os negócios comuns. Portanto, o sufrágio universal não é uma consequência natural da democracia, mas é eminentemente político, de corte das formas “naturais” de governo, onde as oligarquias submetem os seus candidatos à escolha do corpo eleitoral, sempre com o risco de, às vezes, o corpo eleitoral se comportar como uma população de sorteio. De certa forma, é este comportamento que ocorreu com aquela cidade qualquer, cujo resultado, portanto, não pode ser aceito (ou seja, não há democracia).

Vejamos que Saramago (2005) apresenta uma configuração de sociedade em que há claramente uma separação das esferas pública e privada, em que qualquer politização do privado é vista com temor pelos governantes. O espaço do poder público, da decisão, é reservado ao povo somente no momento da eleição¹³ (e usado com parcimônia e prudência), restando aos representantes toda a legitimidade e, doa a quem doer, deter a

¹³ Esta definição de democracia resumida enquanto competição eleitoral pode ser encontrada em autores como Anthony Downs (1999) e Joseph Schumpeter (1984).

“ameaça à democracia” promovida pela brancura. As mobilizações da sociedade civil, organizando-se politicamente para protestar, decidir, gerir a vida, são condenadas com horror, são impensáveis. Rancière (2014, p. 74-75) promove a crítica deste modelo, uma vez que entende que a democracia é um jogo duplo, de transgredir os limites entre a igualdade do homem público para outros domínios da vida comum e também de expandir a esfera pública constantemente privatizada (pelas oligarquias). A democracia é o processo de disputa de igualdade no fundo desigual, de fazer com que a máquina governamental não se acomode, não deixar a esfera pública ser privatizada, mas sim ampliada.

Neste ponto, podemos acorrer a Miguel (2014), que, em comum com Rancière e Saramago, concebe uma crítica quanto à necessidade de diferenciarmos a democracia enquanto ideal normativo, e enquanto democracia real. Falando em termos de igualdade, pontua que embora o grande feito democrático de reconhecer, formalmente, a igualdade política entre os indivíduos, as demais assimetrias sociais continuam gritantes, de forma que o combate às desigualdades entre os grupos é fundamental para um aprofundamento democrático. Miguel (2014) afirma que as desigualdades de classes seriam o principal eixo de produção de obstáculos à democracia, embora outras formas de desigualdades não possam ser esquecidas, como as de raça e gênero. E tudo retorna ao questionamento da forma como dá-se a representação política, atuando como colaboradora da perpetuação das desigualdades, por espelhá-las.

O modelo de representação que possuem hoje grande parte dos países do ocidente, segundo Miguel (2014), é refém dos interesses privados, e implementando políticas tendo por fim interesses outros que os dos representados. Em uma democracia representativa, os representantes deveriam, idealmente, empenhar-se na construção de uma ordem social mais justa. Para isto, precisa-se romper com as tendências de isolamento do mundo social, através do encorajamento à participação política, e colocar a disposição dos grupos em situação de desigualdades recursos adicionais. Isto resume-se na necessidade de quebra de um ideal de neutralidade, dando lugar ao entendimento da democracia e da representação política como territórios em disputa que exigem luta permanente, dado que as formas institucionais em que a democracia se “realiza

apresentam-se sempre incompletas, sempre atravessadas por mecanismos de reprodução das assimetrias sociais, manter o horizonte normativo de uma democracia aprofundada permite avançar na crítica - e, oxalá, também na transformação - da realidade social" (MIGUEL, 2014, p.309, grifo nosso).

O que vivemos - assim como na cidade imaginada de Saramago - não é, então, democracia. Princípios básicos para fugir da oligarquia (como alternância de poder, monopólio dos representantes do povo na elaboração das leis, redução de campanhas, não favoritismo, transparência, etc) sequer estão perto de serem seguidos. Ao contrário, o que chamamos de democracia é exatamente o contrário dela, vivemos em Estado de direito oligárquico, "isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais." (RANCIÈRE, 2014, p. 94). Se a política perseguida neste "não" Estado democrático é a do consenso, o espaço da esfera privada toma maior importância, em que cada um cuidará de seus interesses, ficando a população desobrigada de participar politicamente.

É esta a normalidade do estado de direito oligárquico que é apresentado por Saramago (2005), em que é esperada não a participação política, mas sim que parte da população simplesmente não se interesse pelo público, se abstenha em nome do seu individualismo. E àqueles que participam, antecipadamente, têm limites do voto, tem o compromisso cívico de escolher entre os previamente selecionados. Mas esta crise, a paralisia do sistema que se observa na ficção e realidade, não é da democracia, mas sim da própria máquina oligárquica que tem em si a contradição de dois princípios de legitimidade: um que deriva da soberania popular, outro de que são os governantes que detém as soluções, um único caminho a percorrer. Então, quando o governo, por meio dos especialistas, não consegue impor a sua legitimidade nas decisões (com embasamentos de caráter científicos, etc), é por causa da ignorância daqueles que não sabem votar. Por outras palavras, em Saramago a crítica não recai na democracia enquanto suas regras formais, e sim nos políticos, desprovidos de qualquer ética junto aos cargos de representação e ao interesse dos governados. Tomando consciência disto, o voto em branco configura-se como perfeita demonstração de lucidez, ao mesmo tempo que a desobediência civil. A crítica a não existência de uma democracia substantiva é bem

sintetizada na seguinte fala de José Saramago:

Tudo se discute neste mundo, menos a democracia. A democracia está como uma espécie de santa no altar, de quem já não realiza milagres, mas que está aí como uma referência. E não se repara, que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada. Porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política; vou repetir: na esfera política, limita-se a tirar um governo de que não gosta, e de colocar um governo que talvez venha a gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões, as grandes decisões são tomadas em uma outra esfera e todos sabemos qual é: as grandes organizações estrangeiras internacionais, os FMI, as Organizações internacionais do comércio, os grandes bancos mundiais, o OCDE, tudo isto. Nenhum destes organismos é democrático. E portanto como é que podemos continuar a falar de democracia, se aqueles que efetivamente governam o mundo, não são elegíveis e eleitos democraticamente pelo povo. Quem é que escolhe os representantes dos países nestas organizações, os respectivos povos? Não. Onde está então a Democracia? (SARAMAGO, 2009)

Por sua vez, Rancière (2014, p. 100-102), não poupando nem a esquerda, tampouco a direita - e indo ao encontro dos nossos exemplos e da literatura apresentada -, tece duras críticas e escancara que, na realidade, se quer governar sem o povo, governar sem política, porque afinal, o povo é ignorante, não tem fé de que as mudanças são para melhor, não sabe o que quer, não compreende. Sendo assim, democracia é, antes, a política no seu sentido mais antigo, de discussão, de movimento. Por isso, o homem democrático não é um ser nu, mas é um ser que trabalha em intervalo de identidades e, por meio delas, é um ser político. Desta forma, Rancière (2014, p. 81) afirma que a democracia, em última instância, "significa a impureza da política, a rejeição da pretensão dos governos de encarnar um princípio uno da vida pública e, com isso, circunscrever a compreensão e a extensão dessa vida pública."

Enfim, em Rancière (2014, p. 116-117) vê-se que o novo ódio à democracia é apenas uma forma de confusão (o paradoxo do significado, no final, não existe), que afeta o termo da democracia, ele é um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública ao mesmo tempo em que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade. É pela democracia que se proporciona o paradoxo inexorável da política, o ponto em que a legitimidade sempre se confronta com a ausência de legitimidade, do contingente igualitário que sustenta a própria continente não igualitária. A democracia não

é única, está na constância dos autos. E é por isso, como afirma Rancière (2014), que ela nunca vai deixar de suscitar ódio entre aqueles que estão acostumados a dominar, mas pode suscitar coragem, tirar da cegueira, trazer à lucidez no compartilhamento do poder igual da inteligência, suscitar coragem e, portanto, felicidade, aos que não estão acostumados a participar do poder.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As relações entre o livro escolhido e a teoria de Rancière são, no final das contas, quase autoexplicativas, entrelaçando naturalmente o mesmo problema (da democracia), as mesmas indagações de fundo: quem governa, o que é democracia, legitimidade do governo, papel das leis, maioria sobre a minoria (e vice-versa), igualdade, autoritarismo, liberdade, ignorância, poder e lucidez. A literatura, como afirma Rancière em entrevista à Carta Capital (2014b), tem uma forma de política específica, que não se limita a visões do mundo, aos engajamentos políticos de escritores ou ao modo de representar a sociedade.

Nos exemplos que colhemos introdutoriamente, na literatura ou nos estudos políticos, há o questionamento do modelo representativo e dos limites das eleições como o momento ápice da democracia. Introduzimos, a partir disso, um diagnóstico em que a democracia é utilizada para justificar diferentes argumentos, mas que eles se contradizem, tornam ela uma expressão paradoxal: de um lado se reafirma o poder do povo como soberano, ao mesmo tempo que não é este povo que governa, ele é tido como ignorante e incapaz de exercer este poder. As eleições, neste sentido, não servem de ampliação da democracia, mas sim como um elemento restritivo da mesma, utilizado para justificar sua presença. A eleição não é, "em si uma forma democrática pela qual o povo faz ouvir sua voz" (RANCIÈRE 2014, p.69-70), pois se o fosse, o significado dos votos brancos não teria sido facilmente distorcido na capital imaginária de Ensaio sobre a Lucidez.

É neste sentido que caminha Rancière (2014), desmontando argumentos e demonstrando que, na realidade, não vivemos em democracia. O paradoxo real é o da vida política, que tende cada vez mais a ser afastada, recusada, e, em nome de uma suposta democracia, em nome daquilo que é o ódio a ela. A conclusão a que se chega, citando Rancière (2014, p. 51-52) "é que a democracia é uma forma de política de outra era que

não pode convir à nossa, salvo à custa de sérias mudanças e, em particular, de um rebaixamento da utopia do poder do povo".

Assim também o é no livro de Saramago (2005). A lucidez que vai revelando o enredo, tomando conta eventualmente de um e outro membro do governo, deixa os argumentos acerca do que é democracia (defendidos pelos governantes) às cegas. Se há lei que garante o voto - e também o voto em branco -, onde estaria a autorização para investigar, punir, culpar, agir violentamente, contra aqueles que agiram dentro da legalidade? Na perspectiva de uma democracia formal, a cegueira branca é o pior que poderia acontecer, pois ela "atinge em cheio o coração dos fundamentos da democracia como nunca qualquer sistema totalitário tinha conseguido fazê-lo antes" (SARAMAGO, 2014, p. 187). Esta afirmativa é valiosa para compreender porque a democracia é tão odiada, tão indesejada, vez que ela é comparada (como pior) que a cegueira de outrora, daquela cegueira que tornou todos incivilizados. Não é a cegueira literal que desumaniza, mas sim a cegueira simbólica que é a democracia que se diz existir. A lucidez está, portanto, em enxergar que, na realidade, não se trata da democracia, mas do ódio à ela.

Este ódio não atinge somente a esfera pública, especialistas ou mídia. Ela é irradiada pela demonização à política. Emblemático como fechamento o personagem do primeiro homem que cegou (no Ensaio de 1995), que foi o responsável por enviar à carta ao governo, imputando culpa da nova cegueira branca à mulher que não havia cegado (no segundo Ensaio, 2005). Ele, que disse preferir morrer a viver cego, ele, que foi poupado de *ver* toda a barbárie da epidemia da cegueira, tem ódio de quem pode ver, tem ódio da lucidez. Ele é o personagem encarnado do ódio à democracia. "Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem." (SARAMAGO, 1995, p. 310).

5. REFERÊNCIAS.

DAHL, Robert. **Democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FREITAS, Jânio. **Democracia sem representantes reais da maioria não é democracia**. Folha de São Paulo. 06 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreitas/2016/10/1820290-democracia-sem-representantes-reais-da-maioria-nao-e-democracia.shtml>>. Acesso em junho de 2017.

G1. **Saiba o que os senadores disseram na votação do relatório do impeachment**. Globo, 09 de agosto de 2016a. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/saiba-o-que-os-senadores-disseram-na-votacao-do-relatorio-do-impeachment.html>>. Acesso em junho de 2017.

G1. **Comissão do impeachment de Dilma: frases dos deputados sobre o parecer**. Globo, 08 de abril 2016b. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-do-impeachment-de-dilma-frases-dos-deputados-sobre-o-parecer.html>>. Acesso em junho de 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova. n.36, pp.39-53. 1995.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. S. Paulo: Ed. UNESP e Brasília: CNPq, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dossiê Mídia e Política**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 22, p. 7-12, jun. 2004. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/382>> Acesso em janeiro de 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**. Blog da Boitempo. Postado em 06/05/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/06/o-colapso-da>>

democracia-no-brasil/>. Acesso em janeiro de 2017.

MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. Política e Sociedade: revista de Sociologia Política, Florianópolis, UFSC, v.1, n.3, 2003.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo, Intermeios, 2015.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **A falácia democrática**. CARTA, Gianni. Entrevista. Carta Capital, 29/09/2014. (2014b)

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio: Zahar. 1984.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARAMAGO, José. **Fala pública**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w>>. Último acesso em junho de 2017..

SILVA, Denisson et al. **Teoria democrática contemporânea modelo democrático competitivo e modelo democrático popular**. Em Tese, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 1-27, maio 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América. Leis e Costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOOD, Ellen M.: **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico, S. Paulo: Boitempo, 2003.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
v3.n.1 JAN-JUL.2018
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

ENGERROFF, Ana Martina Baron; TABORDA, Luana do Rocio
O aparente paradoxo democrático: reflexões entre a lucidez e a cegueira do ódio à democracia
Data de submissão: 09/08/2017 | Data de aprovação: 03/01/2018

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:

ENGERROFF, Ana Martina Baron; TABORDA, Luana do Rocio. O aparente paradoxo democrático: reflexões entre a lucidez e a cegueira do ódio à democracia .In: **Revice** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 313-334, jan./jul. 2018.